

Universidade Federal de Alfenas - Unifal-MG

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA

Leonardo Marchi Vido

**Análise do II Plano Nacional de Desenvolvimento: entre a recessão e o
crescimento econômico**

Varginha-MG

2022

Universidade Federal de Alfenas - Unifal-MG

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA

Leonardo Marchi Vido

Análise do II Plano Nacional de Desenvolvimento: entre a recessão e o crescimento econômico

Trabalho de conclusão do Programa Integrado de Pesquisa, Ensino e Extensão (PIEPEX) apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas.

Orientador : Prof. Dr. Michel Deliberali Marson

Varginha-MG

2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas Biblioteca
Campus Varginha

Vido, Leonardo Marchi.

Análise do II Plano Nacional de Desenvolvimento: entre a recessão e o crescimento econômico / Leonardo Marchi Vido. - Varginha, MG, 2022. 28 f. -

Orientador(a): Michel Deliberati Marson.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2022.

Bibliografia.

1. II PND. 2. Industrialização. 3. Crise do petróleo. I. Marson, Michel Deliberati, orient. II. Título.

Ficha gerada no Sistema Eletrônico de Ficha

Catalográfica do SIBI/UNIFAL-MG

LEONARDO MARCHI VIDO

**Análise do II Plano Nacional de Desenvolvimento: entre a
recessão e o crescimento econômico**

A banca examinadora abaixo-assinada aprova o Trabalho de Conclusão de PIEPEX apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel Interdisciplinar em Ciência e Economia pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas.

Aprovado em: 11 de abril de 2022 (Processo SEI nº 23087.001881/2022-92)

Prof. Dr. Michel Deliberali Marson (orientador)
Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Thiago Fontelas Rosado Gambi
Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Roberto Pereira Silva
Universidade Federal de Alfenas

Dedico este trabalho a minha família, aos meus amigos, ao meu professor e orientador Michel e em especial a meu pai, por todo apoio ao longo da graduação.

RESUMO

O II Plano Nacional de Desenvolvimento foi um plano de ampliação da industrialização com o objetivo de desenvolver a economia brasileira. Destinado a substituir as importações e aumentar as exportações, o II PND foi o grande responsável por diminuir a dependência externa. Implementado no período de 1974-1979, teve como objetivo expandir os setores de bens de capital, fortalecer as indústrias nacionais, investir em infraestrutura e energia. Este trabalho pretende apresentar o II Plano de Desenvolvimento, mostrando desde a situação enfrentada para a realização até os objetivos e as causas da sua implementação para o futuro em meio à crise do petróleo e colapsos internacionais. Para isso, realizou-se uma revisão de literatura sobre o tema, tratando de pesquisar o contexto geral da época e análises sobre ele, demonstrando um contraste entre a implementação a qualquer custo e a estagnação.

Palavras chave: II PND; industrialização; crise do petróleo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 CONTEXTO GERAL.....	9
3 ANÁLISE DO II PND.....	13
4 CRESCIMENTO COM DÍVIDA.....	16
5 1980: A CONTA COMEÇA A SER PAGA	22
6 CONCLUSÃO.....	25
REFERÊNCIAS.....	27

1 INTRODUÇÃO

O Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, criado no Brasil pelo governo de Ernesto Geisel (1974 – 1979) ocorreu em uma situação marcada pela Guerra Fria, crise do petróleo e sob um cenário político ditatorial. Diante de uma situação caótica, evidenciada pela crise do petróleo, desequilíbrio econômico e após um cenário no qual o Brasil já havia crescido cerca de 11,1% durante o período do milagre econômico, a única forma de manter o crescimento do país era investindo. Através de grandes projetos partindo do Estado, atrelados ao II PND, Geisel tentava desenvolver o país, estimulando a produção de insumos básicos, energia, alimentos e bens de capital.

Diante das pressões econômicas com fortes turbulências externas e com o agravante da alta do preço do petróleo e sem uma consciência da gravidade da crise, o presidente propôs investimentos financiados através de crédito externo, alterando assim, a postura e conduta econômica, com um Estado muito mais presente no desenvolvimento. Segundo Geisel, a iniciativa privada não demonstrou interesse pelo real desenvolvimento do país devido ao volume de investimentos e à rentabilidade dos projetos e por isso, o Estado teve de conduzir (BRASIL, 1974, p. 40).

Dentre os objetivos do plano, destaca-se a tentativa em manter o crescimento acelerado dos últimos anos (no período do milagre econômico), manter o equilíbrio do balanço de pagamentos, substituir as importações, ter uma política de melhoria de distribuição de renda e a preservação da estabilidade social e política do Brasil, mesmo em um ambiente de recessão, crise e restrição externa.

O presente trabalho, pretende analisar a política econômica desse período e trazer o debate sobre as consequências, os prós e contras a respeito do II PND. O texto está organizado em cinco seções. Após a introdução, a segunda seção detalha o contexto geral da época, tanto histórico quanto econômico. Em seguida, a terceira seção apresenta o II PND na visão do governo Geisel e de sua equipe, analisando o próprio projeto. A quarta seção traz duas diferentes visões com relação à implementação do plano, para Carneiro Dias (1990) e Castro & Souza (1985). Para a quinta seção, é demonstrado o resultado da implementação do plano para a década de 1980. Por fim, são feitas as considerações finais.

2 CONTEXTO GERAL

A posse de Ernesto Geisel foi bem distinta daquilo que ocorreu no milagre econômico, desde mudanças propostas pelo novo presidente até um cenário econômico diferente. Antes de Geisel assumir, havia um forte crescimento da economia mundial, impulsionado pela desvalorização do dólar e aumento dos gastos dos Estados Unidos com o exterior para financiar a guerra do Vietnã. Tinha-se, portanto, características muito favoráveis para o crescimento econômico do Brasil, através de um acentuado aumento do comércio internacional, avanço da liquidez da economia mundial, aumento da demanda por produtos de países em desenvolvimento e expansão do crédito e do comércio internacional. Esses fatos representavam saldos positivos até 1973, porém, Médici, antecessor de Geisel, parecia não se preocupar por eventuais impactos negativos de restrições externas, resultando em 1973 uma inflação de 12% (mesmo com um bom crescimento de 17% da produção industrial e o PIB expandindo a taxa de 14%) (CARNEIRO, 1990), alterando assim, as condições para Geisel promover o desenvolvimento do país.

No final de 1973, às vésperas de Geisel se tornar presidente e mudar o rumo da política dentro da ditadura, ocorreu a primeira crise do petróleo, provocado pelos países exportadores de petróleo (OPEP), fazendo com que os preços dos barris chegassem a ser quatro vezes maiores com relação ao período anterior, o que dificultou a importação. O resultado apareceu em 1974, na balança de pagamentos, através de um rombo comercial de 4,69 bilhões e um déficit em conta corrente na casa dos US \$7,12 bilhões (GENILTON, 2005). Diante desse quadro, a equipe econômica decidiu mudar sua estratégia, visto que, devido à grande liquidez antes do primeiro choque do petróleo e com uma grande oferta de dinheiro dos países desenvolvidos, Delfim Netto, Ministro da Fazenda antes de Geisel assumir, estimulou a contratação de empréstimos para acelerar o desenvolvimento no Brasil, acelerando também o endividamento.

Nesse contexto, na posse de Ernesto Geisel, o milagre econômico já tinha chegado ao fim e após cinco anos de crescimento, o cenário econômico parecia ser outro, voltado a diferentes problemas de crises e inflação. Em um contexto de eleição perturbada, representando o início de uma mudança institucional da ala da ditadura dos “anos de chumbo” do governo Costa e Silva e Médici, para outra mais intelectualizada e retomando a ideia inicial dos castelistas, Geisel tentava um processo de abrandamento do regime militar,

trazendo algumas contradições e conflitos, discutindo e anunciando “a lenta, gradual e segura distensão” para a democracia (CARNEIRO, 1990).

De acordo com João Paulo dos Reis Velloso apud Guido Mantega, ministro do planejamento de Geisel:

A crise do petróleo pôs esse mundo de pernas para o ar. E, certamente, o Brasil iria ter de encontrar um outro caminho para continuar crescendo rapidamente. Porque se mantivesse a estrutura industrial e a estrutura de importações que tinha até então, ele simplesmente estava inviabilizado com os novos preços do petróleo. Nós já havíamos estudado o problema da estrutura industrial brasileira desde meados de 1973. As duas coisas (a crise do petróleo e o estudo do IPEA) concluíram no sentido de que se tentasse um programa que realmente permitisse ao país voltar a crescer rapidamente, mas dentro da nova realidade do petróleo caro. Isso foi a grande motivação para o programa que atribui prioridade aos investimentos em insumos básicos, petróleo e bens de capital. (MANTEGA, 1997, p. 33).

Geisel, a partir disso, tinha uma difícil escolha para se fazer, entre realizar um ajuste conservador, sugerido pelo fundo monetário internacional (FMI), promovendo uma recessão econômica, porém, procurando solucionar o problema da inflação e do balanço de pagamentos ou promover o crescimento econômico em meio a tantos problemas internos e externos. A escolha do presidente foi tentar desenvolver o país, através do II PND, com o objetivo de promover um ajuste na estrutura de oferta de longo prazo, junto com a manutenção do crescimento econômico, apoiando a indústria de base (insumos básicos, bens de capital e bens intermediários) e com metas de grandes investimentos partindo das empresas estatais, para produção de aço, zinco, alumínio, cobre, carvão, bauxita e minério de ferro (Projeto Carajás) (BELLINGIERI, 2005).

A realização do plano ocorreu em função da nomeação dos ministros escolhidos por Geisel, sendo eles: Severo Gomes, empresário e antigo ministro da agricultura, para ministro da Indústria e do Comércio, Mario Henrique Simonsen para a Fazenda e João Paulo dos Reis Velloso como ministro do Planejamento sendo os responsáveis pela articulação e enfrentamento das crises. No entanto, segundo Dias Carneiro (1990, p. 316), havia uma falta de consciência da equipe econômica e política do governo Geisel em relação às restrições externas que estavam por vir e por isso, havia uma avaliação errada em querer promover o desenvolvimento a qualquer custo. Porém, é considerado por muitos, o último grande plano do ciclo dos desenvolvimentistas e o mais amplo programa de intervenção estatal do Brasil, responsável por ampliar o parque industrial brasileiro, manter um bom ritmo de crescimento e fomentar a agricultura, mesmo em uma situação tão adversa (MARINGONI, 2016), como é mostrado na tabela:

Tabela 1. Porcentagem da variação do desempenho econômico do Brasil.

Anos	Produto Interno Bruto (PIB)	Indústria	Agricultura
1971	12,0	12,0	11,3
1972	11,1	13,0	4,1
1973	13,6	16,3	3,6
1974	9,7	9,2	8,2
1975	5,4	5,9	4,8
1976	9,7	12,4	2,9
1977	5,7	3,9	11,8
1978	5,0	7,2	-2,6
1979	6,4	6,4	5
1980	7,2	7,9	6,3
1981	-1,6	-5,5	6,4
1982	0,9	0,6	-2,5
1983	-3,2	-6,8	2,2
1984	4,5	6,0	3,2

Fonte: elaboração própria. Fonte dos dados: FISHLOW, 1988.

Nesse contexto, no período que se sucedeu a Geisel, havia um elevado crescimento do PIB, porém, logo em seu primeiro ano de mandato (1974), Geisel terminou com um crescimento de 9,7%, inferior à média do milagre econômico de 11,1% ao ano, porém, mesmo assim, com uma performance acima da média histórica brasileira (7%), considerado um bom crescimento pelos próprios membros da equipe econômica, que estavam preocupados com a repercussão do choque do petróleo. Para isso foi necessário a expansão das indústrias no país. (BRASIL, 1975, p 33). No ano de 1975, a estratégia da equipe econômica foi prosseguir com a expansão, mas dessa vez, deixando a desejar, fazendo com que a taxa de crescimento do PIB caísse para 5,4% e a inflação chegasse a 34,5%, o que voltava a preocupar a equipe econômica. No ano seguinte, em 1976, a inflação já parecia estar mais controlada, reduzindo para 29% e chegando a um PIB de 9,7%. Em 1978, no final do mandato de Geisel, a situação estava pior, o PIB crescia a uma taxa de 5,0% e a inflação chegava à marca de 40,81%. Apesar de um bom ritmo de crescimento, o crescimento esperado do Segundo Plano Nacional era de 10% ao ano no período de 1975-1979, alcançando números abaixo do esperado.

O desenvolvimento do Brasil nesse período foi impulsionado pela indústria, a qual acompanhou o crescimento do PIB brasileiro e apesar da boa média de crescimento, principalmente nos setores metalúrgicos, de transportes, materiais elétricos, papelão, papel, químicos, alimentícios e têxteis, se deu muito devido ao aumento da estatização da economia, com a criação de diversas empresas estatais. A ideia era de que se as indústrias liderassem o crescimento dos bens de produção, o Brasil iria se livrar da dependência das importações, mas acabou sendo um grande problema para o futuro, causando muitas vezes problemas burocráticos e ineficiências por parte de muitas indústrias, discutidas nos próximos tópicos do debate.

A balança comercial teve grandes déficits a partir de 1974, relacionado a crises internacionais, sendo um período em que a dívida externa cresceu abundantemente, de 17 bilhões de dólares em 1974 foi para 49,9 bilhões em 1979, (período onde se teve um grande processo de endividamento externo brasileiro). Assim, para manter o equilíbrio no balanço de pagamentos, não era mais prudente manter a taxa de crescimento do PIB.

3 ANÁLISE DO II PND

Em um momento de dificuldades econômicas e sociais no Brasil e no mundo, o governo não abriu mão de superar a distância que separava o Brasil do desenvolvimento. O país estaria destinado, a partir de 1975 com o II Plano Nacional de Desenvolvimento, a se empenhar até o fim da década para deixar de ser um país subdesenvolvido. O plano utilizou como referência o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento do governo anterior (1972 – 1974), com metas também ambiciosas de crescimentos econômicos e com a tentativa de levar o país ao desenvolvimento, instalando a maior área industrial de uma nação subdesenvolvida e registrando altos índices de expansão, desde novas indústrias até áreas ligadas à educação, saúde e saneamento (BRASIL, 1975, p.23). Começando, a partir do II PND, a última etapa do processo de substituição de importações, Geisel e sua equipe econômica tentaram demonstrar que o país tinha condições de crescer e realizar políticas de desenvolvimento partindo do Estado, assim como foi no período do milagre econômico.

Apesar de apresentarem no II Plano Nacional de Desenvolvimento um conhecimento sobre as crises internacionais, desde o aumento do preço do petróleo até a falta de liquidez externa, eles não tinham uma consciência exata da gravidade da crise que estaria por vir. A maior dificuldade enxergada pelo governo na época de 1975 estaria relacionada a crise energética, na qual estariam esperando novas crises no futuro: “Será preciso acostumar-nos à ideia de que o mundo enfrentará graves problemas, provavelmente crises. O Brasil deverá conviver com eles, procurando preservar a sua capacidade de desenvolvimento” (BRASIL, 1975, p.15). Porém não contavam com o quanto a crise do petróleo mudaria o rumo do cenário internacional.

Diante da falta de compreensão correta da crise e colapso internacional, Geisel propôs um acelerado ritmo de crescimento, junto a tentativa de equilibrar o balanço de pagamentos e controlar a inflação, além de impulsionar o desenvolvimento social. A expectativa, segundo o próprio plano, era de consolidar até o final do ano de 1979, um parque industrial moderno e uma economia competitiva, tornando o Brasil um país de primeiro mundo (BRASIL, 1975, p.18).

Dentre as metas estabelecidas pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento, destacam-se: a manutenção do ritmo de crescimento dos últimos anos, junto com a criação de oportunidades de emprego e melhoria para condições de vida da classe mais pobre; contenção

da inflação pelo método gradualista; manutenção do balanço de pagamentos em equilíbrio; realização de uma política de melhoria de distribuição de renda tanto pessoal quanto regional; manter a estabilidade social e política; fazer com que o país se desenvolva sem a deterioração da qualidade de vida (BRASIL, 1975, p. 29). No geral, Geisel e sua equipe econômica tinham como objetivo transformar o Brasil em uma nação potência e industrializar o país o máximo possível dentro do prazo estabelecido, de 1975 a 1979, junto com uma tentativa de contenção da inflação e sem deteriorar o balanço de pagamento.

A tentativa através do plano, baseado na estratégia de Delfim Netto no período do milagre econômico, de desenvolvimento da economia brasileira através da conquista de mercados no exterior com exportações e principalmente com a expansão industrial, buscava uma economia moderna de mercado (BRASIL, 1975, p. 33) e foi conduzida por uma estratégia desenvolvimentista partindo do Estado. Houve um aumento de indústrias básicas no Brasil, desenvolvimento científico e tecnológico e infraestrutura de energia, comunicação e transporte, além da tentativa de um aumento da renda real para as classes médias, com o intuito de eliminar a pobreza absoluta principalmente no Nordeste e na periferia de centros urbanos (BRASIL, 1975, p.35). Nesse sentido, além de haver a preocupação com o crescimento e desenvolvimento do país por parte do Estado, Geisel e sua equipe econômica também estavam procurando solucionar problemas de reformas econômicas e sociais, na tentativa de integralizar todas as classes para a expansão do país.

O desenvolvimento seria impulsionado pela industrialização, através de uma estratégia de crescimento acelerado. O objetivo era crescer a taxas de 12% ao ano até 1979, além de uma tentativa de substituição de importações (BRASIL, 1975, p. 37). Essa estratégia foi responsável pelo desenvolvimento dos setores de base, como as indústrias de bens de capital, eletrônica de base e insumos básicos, além de ter conseguido abrir novas frentes de exportação de produtos manufaturados e dar um impulso para o desenvolvimento tecnológico no Brasil. A industrialização, como podemos observar na Tabela 1, manteve-se em um ritmo acelerado de crescimento, chegando a grande meta estabelecida por Geisel no II PND de 12%, em 1976, conseguindo, mesmo em meio à crise, trazer novas indústrias e fomentar o desenvolvimento.

Além da indústria, Geisel e sua equipe focou também no fortalecimento da agricultura e pecuária, base indispensável do dinamismo econômico (BRASIL, 1975, p. 60) e na mudança da matriz energética brasileira (BRASIL, 1975, p. 81) substituindo o petróleo

encarecido por: energias nucleares, com acordo com países como a Alemanha para construção de usinas nucleares (Projeto Angra), hidrelétricas (Itaipu) e Proálcool (programa para incentivar e criar uma nova tecnologia para os carros serem movidos a álcool invés do petróleo). Além disso, o presidente fez uma reserva de mercado para proteger as empresas nacionais da concorrência externa, proibindo a abertura de empresas do exterior no Brasil, como uma tentativa de fomentar o nacionalismo e mostrar o Brasil como um país grande, criando uma ideia de que era uma exceção do resto do mundo, na qual todos estavam reduzindo as importações devido à crise enquanto isso o Brasil ia crescendo e se industrializando com instituições nacionais (BRANDÃO, 2007).

No entanto, junto ao crescimento econômico e a diversificação industrial trazida, através das indústrias de bens de capital e de base (minério, alumínio, ferro), teve-se também o aumento da estatização, fazendo com que o governo atuasse fortemente na economia brasileira, com intervenções e subsídios para empresas e até atuando como estado empresário na criação de novas estatais. Além de um aprofundamento da dívida externa, deterioração das contas públicas e do balanço de pagamentos e uma inflação incontrolável, fugindo do objetivo do plano em desenvolver a economia sem afetar a balança comercial e sem aumentar a inflação para os anos seguintes. A crença de que a estratégia poderia dar certo e salvar o Brasil do subdesenvolvimento sem afetar o país futuramente, com metas altíssimas de desenvolvimento, acabou não sendo possível de serem alcançadas e levou o país a aquilo que Geisel e sua equipe não gostaria, a recessão futura, gerando para os anos posteriores grandes desequilíbrios econômicos.

4 CRESCIMENTO COM DÍVIDA

De forma a recuperar a economia diante da escassez de petróleo, crise e recessão, o governo Geisel deu uma grande ênfase para as indústrias de base, implementando estatais para atuarem estrategicamente nos setores de bens de capital e eletrônica pesada. A estratégia do governo era substituir as importações, elevar a produção interna e estimular as exportações, tentando dessa forma, superar a crise das contas externas em decorrência do crescimento acelerado do milagre econômico (LIMA, 2011). A substituição de importação no período de Geisel foi feita junto a um incentivo com relação às exportações, que representaram 7,5% do PIB em 1974 e subiu para 8,4% em 1980, enquanto as importações caíram de 11,9% do PIB para 9,5% no mesmo período (CARNEIRO, 1990).

A estratégia era desenvolver os setores de base, a indústria de bens de capital, a indústria eletrônica e insumos básicos, para tentar substituir as importações. Impulsionando o desenvolvimento de novas indústrias tecnológicas, junto a continuação da modernização de indústrias já tradicionais. Para isso, segundo o próprio plano nacional de desenvolvimento, para ser realizada a industrialização, atrelada ao desenvolvimento do país, foram feitos diversos financiamentos pelos bancos oficiais, como o BNDE e o sistema de bancos regionais e estaduais de desenvolvimento, além de empréstimos externos. Os projetos foram controlados apenas por empresas estatais, conforme consta no II PND. Segundo Geisel, a iniciativa privada atuaria junto para o desenvolvimento do Brasil, caso demonstrasse interesse em colaborar com o volume de investimento e com a rentabilidade dos projetos (BRASIL, 1975, p 40).

Através da análise de Castro & Souza (1985) por meio do livro “a economia em marcha forçada” e Dias Carneiro (1990) em “crise e esperança”, podemos evidenciar duas posições diferentes referentes à estratégia do II PND. Os autores Antônio Barros de Castro e Francisco Eduardo Pires de Souza descrevem as mudanças ocorridas na economia brasileira no período de 1974 a 1979 em meio a crise do petróleo, chegando no início da década de 1980 a um desemprego em massa e o sucateamento da indústria. Porém, demonstram a manutenção de um acelerado ritmo de desenvolvimento, a industrialização do país, o aumento das exportações e a tentativa de transformar o Brasil em um país de primeiro mundo através do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento. Dias Carneiro (1990) apresenta outra visão, na qual a estatização da economia, os problemas passados para o futuro e a tentativa de desenvolvimento do Brasil em meio à crise internacional, apenas evidenciou que Geisel e sua

equipe econômica não tinham o entendimento da gravidade da situação de crises e recessões e por isso decidiu desenvolver o país a qualquer custo, causando danos maiores para o futuro.

Segundo Dias Carneiro (1990) a tentativa de industrialização e substituição de importações foi a grande responsável por fomentar o crescimento do PIB brasileiro, atrelados às obras públicas realizadas no período, com grandes projetos como as hidrelétricas de Itaipu e Tucuruí, por exemplo. O que contribuiu para esse sucesso foi além do estímulo dado às exportações (pouco usado em outras experiências), mas também estímulos fiscais, creditícios e cambiais, mas que em contrapartida foi responsável pela deterioração da posição financeira do Estado, elevação do endividamento do setor público e queda da carga tributária líquida, base da aceleração do processo inflacionário de 1980.

De acordo com Dias Carneiro (1990), apesar do sucesso no controle das importações, a tentativa de fazer o país crescer a 10% em um momento de restrições externas fez com que aumentasse o endividamento, falhando no controle da balança comercial. A manutenção da taxa de investimento, superior a 25% em praticamente todos os anos, para que o Brasil pudesse crescer 6,8% ao ano em média, teve suas consequências, na qual, a dívida externa brasileira entre 1974 a 1977 cresceu 10 bilhões de dólares, resultado da política de longo prazo adotada por Geisel. Além disso, a crença de que a indústria brasileira poderia crescer 12% ao ano e a economia 10% ao ano entre 1975 a 1979, não passou de uma esperança de que a taxa de crescimento poderia superar as dificuldades da balança de pagamentos e colocou o país diante de uma grande dívida.

Nesse sentido, o processo de endividamento para Dionísio Dias Carneiro, foi fruto de um financiamento inadequado. Para haver um aumento da dívida externa é preciso que a renda disponível no setor público também aumente, porém, o que ocorreu no período foi ao contrário. Devido aos subsídios e isenções fiscais, houve uma significativa redução da carga tributária. Entre o período de 1973 a 1983, a renda disponível do setor público caiu de 16,8% para 8,67% do PIB e mesmo assim houve o aumento do financiamento. Essa dificuldade entre equacionar as finanças públicas para a expansão da economia resultou na deterioração do balanço de pagamentos, herança deixada para o futuro e que caracterizaram os problemas centrais da política econômica nos anos 1980.

Segundo Carneiro (1990), Geisel e sua equipe cometeram alguns erros de avaliação da crise, com relação ao tempo estimado para a mudança de oferta e o comportamento futuro da

taxa de juros. Com os juros menores e com maior poder de compra para exportações, o ajuste poderia ter sido mais rápido. Se fosse dada maior ênfase na política de preços e maior rigor na condução das políticas de demanda, se preocupando com a inflação, o Governo Geisel deixaria uma herança menos dolorosa ao próximo presidente. Devido aos altos investimentos atrelado ao II PND, com elevados gastos governamentais, dívidas externas e concessões muitas vezes abusivas de incentivos fiscais, subsídios creditícios e prática generalizada de artifícios financeiros que escondia a verdadeira dimensão do desequilíbrio fiscal na economia brasileira, o Governo Figueiredo (pós Geisel), teve que administrar aquilo que seria anos de repressão de preços e tarifas do setor público e que, logo nos primeiros seis meses já teve de promover uma tentativa de estabilizar mesmo com as dificuldades de refinanciamento da dívida externa com a elevação das taxas de juros internacionais.

Segundo Carneiro (2002), o plano de desenvolvimento tinha boas intenções, mas ocorreu em um momento errado de colapso mundial:

O momento de realização do programa foi inadequado em razão da conjuntura internacional recessiva e da desaceleração cíclica interna; o programa carecia de maior articulação entre os investimentos, havendo um visível sobredimensionamento em particular no que se refere aos bens de capital sob encomenda; recorreu-se excessivamente ao financiamento externo, ao mesmo tempo em que se descuidar da questão energética, vulnerabilizando a economia a novos choques externos; a manutenção do crescimento acelerado a qualquer preço teve como justificativa última o atendimento ao conjunto de interesses que sustentavam o regime autoritário convertendo o Estado no principal instrumento desse desiderato. (CARNEIRO, 2002, p. 59).

Já para Antônio Barros de Castro e Francisco Eduardo Pires de Souza em seu livro “A Economia Brasileira em Marcha Forçada”, os investimentos anunciados através do II PND, destinados a substituir as importações e abrir frentes de exportação, teve como efeito uma grande industrialização no Brasil por parte do Estado. Para os autores, não havia um entendimento correto da crise e liquidez internacional por parte de Geisel e sua equipe econômica, esse desconhecimento fez com que o governo tomasse decisões de investimento e endividamento. Contudo, o II PND, em uma situação de crise mundial que tornou a economia brasileira vulnerável, enquanto estratégia de controlar as importações, fomentando as exportações, consolidar os interesses de longo prazo da economia brasileira e superar a crise, cumpriu com o objetivo, apesar de ter acelerado as dívidas e obrigações externas.

Segundo os autores, na primeira fase da campanha do II PND aumentou a ação reguladora por parte do Estado, por meio de políticas de estímulo e orientação das decisões privadas, cujo as empresas públicas ocuparam novos espaços com o objetivo de levar adiante

o desenvolvimento em meio à crise. Tanto para Dias Carneiro (1990), quanto para Antônio Barros de Castro e Francisco Eduardo Pires de Souza (1985), o plano é bem estruturado, porém feito no momento errado. Para os autores, Antônio Barros e Francisco Eduardo, devido ao grande desenvolvimento econômico previsto, as metas estipuladas eram para um plano de médio a longo prazo, sendo um equívoco esperar bons resultados entre 2 a 3 anos após sua concretização. Apesar dos grandes investimentos feitos e pela primeira vez dominar o ciclo produtivo industrial brasileiro, o II PND não obteve o êxito que pretendia e a dívida externa aumentou significativamente no período em que vigorou, ocorrendo tudo isso a um preço alto.

Castro & Souza (1985), por sua vez, não acreditam que existisse uma saída para o Brasil evitar o endividamento externo, que foi justificado por Geisel e sua equipe como uma alternativa de financiamento enquanto se promovia uma mudança estrutural para o desenvolvimento, no entanto, discutem se as prioridades referentes ao desenvolvimento eram necessárias e se foram elas que aceleraram esse processo, tendo, a equipe econômica, dois caminhos a escolher: financiamento ou ajustamento. No caso do financiamento, as autoridades evitariam os sacrifícios necessários para que a economia voltasse a ser saudável, acreditando que a crise seria rápida e passageira. A opção pelo ajustamento, significaria uma nova adaptação da economia, desaquecendo-a através de políticas fiscais e monetárias e esperando a reação do mercado.

A escolha, no entanto, foi crescer através de financiamentos externos, recusando o caminho do ajustamento e optando pelo crescimento com endividamento, tendo que pagar nos anos seguintes o preço de um ajuste tardio. A opção por não frear o crescimento fez com que aumentassem os empréstimos e os déficits na balança comercial, acreditando que a dívida não comprometeria o crescimento do país. Sendo assim, “a solução proposta pelo novo governo era, sem dúvida, extremamente ousada” (CASTRO; SOUZA, 1985, p.35), mas que foi, segundo os autores, responsável por estimular o crescimento das indústrias de bens de consumo duráveis, aumentar o investimento no Brasil e conseguir elevar o número de exportações no país mesmo em um período de recessão mundial.

Entre as opções de financiamento e ajustamento, recorrer para empréstimos externos e levar adiante o processo de desenvolvimento em meio à crise, adiou a solução de diversos problemas, os quais foram deixados para o futuro, não buscando soluções imediatas para a crise do petróleo, falta de liquidez internacional e déficits nas contas correntes. Para os

autores, o ajustamento seria mais efetivo para resolver os problemas imediatos ao invés de tentar desenvolver o país em meio às crises, porém iria estagnar o crescimento econômico, aumentar a dependência de importações, diminuir as exportações e enfraquecer as indústrias nacionais.

Porém, o impasse dessa estratégia do endividamento é que no curto prazo ela traz uma maior taxa de investimento e junto a isso, um crescimento econômico, no entanto, no longo prazo, cria dívidas e obrigações externas. Durante o “milagre econômico”, a justificativa para essa política estava no desenvolvimento econômico, criando condições para atrair os fundos do exterior, mas ao mesmo tempo procurando administrar essas dívidas, alongando prazos de amortização e limitação para evitar problemas de liquidez no futuro. Apesar da grande diferença de recursos e liquidez externa entre o período do milagre para o período em que presidiu o governo Geisel (1974), ainda se traçava a estratégia de contar com fundos do exterior para complementar a poupança interna e tentar manter um ritmo de crescimento acelerado.

Entre o período de 1974 a 1978, apesar da estratégia de estimular as exportações ter dado certo (crescendo cerca de 5% a.a.), a dívida causada e os déficits da balança comercial se tornavam cada vez mais um maior problema, agravando na década de 1980, atingindo a marca de 9,9 bilhões de dólares, tendo em vista o choque do petróleo, a recessão internacional, o elevado nível de estoque e altas taxas de juros internacionais. Nesse sentido, para os autores, o crescimento da dívida externa em 1974 – 1978 pode ser atribuído aos choques externos que afetaram o balanço de pagamentos, mas também a uma resistência do país em se ajustar para as novas condições externas, assumindo seu empobrecimento.

Junto ao endividamento, houve uma concentração de importações para produtos essenciais a garantir a expansão da economia, sendo assim, a alternativa para o endividamento, era, nesse sentido, a recessão. As empresas estatais tiveram também sua responsabilidade pelo crescimento da dívida, a partir de 1974, a dívida externa do setor público representava 50% do débito externo total e evoluiu para 63% cinco anos depois, as empresas estatais representavam 72% da dívida externa do setor público. A crise dos processos de endividamento manifestou-se no segundo semestre de 1982, alterando a avaliação de Geisel e de sua equipe após a realização do plano, de que a dívida não seria um problema para o país, mas sim para os bancos credores e de que o endividamento era totalmente controlável por uma administração competente. O que aconteceu de fato foi que

todos os países endividados foram obrigados a pagar os encargos da dívida, realizando enormes sacrifícios para garantir o pagamento com taxas e encargos. Passando para o governo Figueiredo dificuldades iniciais para tentar reduzir o déficit público.

Nesse contexto, a lição que podemos tirar da crise, é primeiramente no que se refere ao risco de um grande endividamento contratado a taxas flutuantes, na qual, o Brasil e outros haviam assinado “contrato sem preço” e desconhecidos, não havendo um nível de ativos ou fluxo de receitas para ter uma posição financeira protegida, assumindo assim, compromissos financeiros que tornaram o balanço de pagamentos com instabilidade externa. Por isso, deve-se desapegar de muitas crenças da teoria do endividamento, cuja necessidade deve ser explicada na hora e não passado para o futuro, assim como foi feito para 1982. A dívida externa atrapalha significativamente a retomada do crescimento econômico, primeiramente, no que se refere às altas taxas impostas. Além disso, um país endividado está sujeito a pressões externas para pagar as dívidas e para fazer ajustes e concessões, que geram conflitos com o crescimento, atrapalhando o desenvolvimento submetido a pressões dos credores.

Tanto para Carneiro Dias (1990) em “Crise e esperança: 1974-1980” quanto para Castro & Souza (1985) em “A Economia Brasileira em Marcha Forçada”, os elevados gastos governamentais, as dívidas externas e as concessões muitas vezes abusivas de incentivos fiscais e prática generalizada de artifícios financeiros, esconderam a verdadeira dimensão do desequilíbrio fiscal na economia brasileira, passando para o Governo Figueiredo (1980), pós Geisel, administrar aquilo que seria anos de repressão de preços e tarifas do setor público. Porém, para Castro & Souza (1985), a economia brasileira foi obrigada a ingressar em “marcha forçada” e através disso o país se modernizou, resolveu problemas de desequilíbrios estruturais e conseguiu ajustar o setor de bens de capital ao setor de bens de consumo duráveis.

Sendo assim, para Castro & Souza (1985), a ampliação da indústria e a capacidade de produção, principalmente de petróleo, eletricidade, insumos básicos e bens de capital através da ação estatal foi alcançada através do plano. No entanto, devido ao grande desenvolvimento econômico previsto por Geisel, as metas estipuladas eram para um plano de médio e longo prazo, sendo um equívoco esperar bons resultados entre 2 a 3 anos após sua concretização. Cerca de 6 anos depois começou a mostrar bons resultados referentes à exportação, sendo o grande responsável pelos superávits da balança comercial em 1980. Nesse sentido, segundo

os autores, caso o governo não tivesse optado pela estratégia de crescimento com financiamento, o Brasil sofreria com a estagnação.

5 1980: A CONTA COMEÇA A SER PAGA

No ano de 1979, João Baptista Figueiredo assumiu a presidência, voltando com Delfim Netto ao governo para Ministro da Agricultura e Mário Henrique Simonsen para Ministro do Planejamento. Carneiro & Modiano (1990) retratam o contexto geral da época, ocorrendo no mesmo ano do mandato do novo presidente, o segundo choque do petróleo, iniciado novamente pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), com um grande impacto no cenário internacional que foi responsável por reduzir a oferta e causar a duplicação do preço dos barris. Isso afetou diretamente o Brasil e todos os países devedores, resultando no aumento de mais de 10% da taxa de juros para os países que possuíam dívidas externas, impulsionado devido a política de ajuste monetário pelos Estados Unidos.

Como uma tentativa de controlar a inflação causada pelo segundo choque do petróleo, o presidente do Banco Central dos EUA promoveu uma política de ajuste monetário. Por ser o país mais desenvolvido e seguro do mundo, ao aumentar a taxa de juros, criou-se um afluxo de recursos financeiros mundiais para lá, deixando os países em desenvolvimento sem acesso ao mercado de capitais. O cenário, a partir disso, era de um ambiente recessivo da economia mundial, com uma tensão inflacionária. (CARNEIRO; MODIANO, 1990). O Brasil encontrava-se, nesse sentido, em uma situação delicada para o pagamento da dívida externa.

Logo no primeiro ano de mandato do presidente Figueiredo, já ocorreram pressões com relação ao crescimento econômico do Brasil e o pagamento das dívidas oriundas das estratégias de crescimento no período do milagre econômico e de Geisel, levando a troca de Simonsen por Delfim Netto, com a estratégia de combater a inflação junto ao desenvolvimento. Além da dívida externa, o Brasil tinha um grande déficit da balança comercial advinda da política do II PND, exigindo medidas mais drásticas para solucionar esse e outros problemas, desvalorizando o cruzeiro (moeda da época), para diminuir as importações, promovendo uma política contracionista fiscal e monetária e diminuindo o crescimento econômico, tudo isso com a finalidade de melhorar o Balanço de Pagamentos, porém, de nada adiantou já que a economia mundial também estava em recessão, e como é

ela quem dita o crescimento das exportações dos países em desenvolvimento, os déficits permaneceram grandes, tendo que negociar ao fundo monetário internacional (FMI) para ajustar o balanço, crescendo ainda mais as obrigações externas (CARNEIRO; MODIANO, 1990).

Porém, um problema ainda maior assombrava o país, a inflação no ano de 1980 chegava à marca de 110%, mudando a estratégia de Delfim no período do milagre econômico e Geisel pós milagre, para um ajuste recessivo, reduzindo os gastos públicos, como podemos observar na tabela:

Tabela 2. Quadro econômico

Anos	PIB %	IND. %	INFLAÇÃO %	Bal. Com. US\$ mil.	Dív. Ext. US\$ bi.
1980	9,2	9,1	99,2	-2.822,8	53,8
1981	-4,2	-10,4	95,6	1.202,4	61,4
1982	0,8	-0,4	104,8	780,1	70,2
1983	-2,9	-6,1	163,9	6.470,4	81,3
1984	5,4	6,1	215,2	13.089,5	91,1

Fonte: elaboração própria. Fonte dos dados: MARANGONI, 2012; CARVALHO, 2011.

No início dos anos 1980, do ponto de vista econômico mundial foi um período de recessão devido a política americana e principalmente monetária de aumento de taxas de juros. O Brasil em 1980 teve um alto desenvolvimento econômico de 9,2% desencadeado pelos investimentos do II PND e impulsionado pela indústria. A partir de 1981, houve a recessão, fazendo o PIB cair para -4,2% e uma queda do crescimento industrial de 10%. Em 1982, manteve-se uma taxa muito baixa de crescimento e 1983 teve uma nova queda do PIB e do crescimento industrial. Apenas em 1984 o Brasil deu sinal de recuperação da economia, crescendo 5,4% do PIB e 6,1% na produção industrial.

Nesse sentido, a contração de empréstimos ao longo dos anos 1970, impulsionou uma crise da dívida externa no início dos anos 1980 que foi combatida a partir de 1981 com uma política recessiva, para conseguir sanar a dívida externa e equilibrar o balanço de pagamentos. A inflação ao longo dos anos 1970 perdeu o controle e a partir de 1981, houve uma tentativa de controle, com políticas recessivas, como a contração do PIB, mas mesmo assim a inflação não caiu de forma abrupta, mantendo seu patamar de 100% e chegando a

200% em 1984, tendo, assim, uma aceleração do processo inflacionário significativo (inflação inercial), diferente das inflações já vistas no mundo, com dificuldades para solucioná-la. (MODIANO, 1990).

O problema da inflação permaneceu ao longo da década de 1980 inteira e por isso foi, segundo Castro (2016), o pior momento para se pagar a dívida externa, com aumentos excessivos e total descontrole da economia. Segundo a autora, foi necessário reconhecer os erros da estratégia de crescimento com endividamento e mudar para uma mais sustentável. Devido a deterioração das contas públicas e a indexação da economia causada com as estratégias anteriores, a inflação foi o principal objetivo de combate dos próximos presidentes, de 1980 até 1994. Revelando um conjunto de medidas mal sucedidas, com planos como: plano cruzado (1986), planos Bresser (1987) e plano Verão (1989) e governo Collor com os planos Collor I (1990), Collor II (1991) mas que somente a partir de 1994 com o plano Real que o cenário referente a inflação começou a mudar.

Dessa maneira, para muitos, assim como Silva (1992), os anos 1980 foi um período que ficou conhecido como a década perdida, levando a maioria dos países endividados a substituir seu modelo econômico por um mais seguro. Durante esse período, o Brasil e os países latino americanos reduziram de forma significativa o crescimento do PIB e se estagnaram, pagando um alto preço de políticas anteriores com estratégias de crescimento atrelados ao endividamento externo, causando neste período, uma alta inflação, dívidas externas impagáveis, déficits comerciais, depreciação da taxa de câmbio, dentre outros problemas gerados no passado e encaminhados para o futuro.

6 CONCLUSÃO

Diante da posse de Ernesto Geisel em 1974, presenciando o fim do milagre econômico e crises internacionais, haviam dois cenários a serem analisados pelo presidente e por sua equipe econômica: a possibilidade de manter o crescimento acelerado dos anos passados, através de mais investimentos, mais demandas e menos dependência externa ou a estagnação da economia com consequências como a dependência de importações para atender a demanda do país, aumento do desemprego e enfraquecimento de indústrias nacionais, resultando em um menor crescimento do Brasil. A partir disso, surgiu um grande impasse para Geisel, sua equipe e para os economistas, aparecendo diversos debates sobre qual seria a melhor estratégia diante a crises e colapsos internacionais.

Para os defensores do plano e da estratégia desenvolvimentista partindo do Estado em meio à crise internacional, estão de acordo no projeto de “Brasil Potência”, concordando que o país deveria manter o ritmo acelerado de crescimento, investir em indústrias nacionais, abrir novas frentes de exportações e se possível diminuir as importações, mesmo diante da crise. Tanto os defensores quanto os críticos do II Plano Nacional de Desenvolvimento concordam que o crescimento acelerado na época do milagre econômico já havia acabado e não seria possível continuar no mesmo ritmo de crescimento. Porém, há o debate entre estagnar o país completamente após um alto crescimento ou tentar seguir se desenvolvendo, para muitos autores e economistas, assim como CARNEIRO (1990), seria inevitável outra saída para o Brasil, sofrendo com um crescimento econômico abaixo do potencial ou nulo.

O plano, entre as duas escolhas possíveis, trouxe uma tentativa de crescimento para o Brasil as mesmas comparadas no período do milagre econômico:

Na realidade, o Brasil deverá crescer expressivamente, no próximo quinquênio, a taxas que se comparem às dos últimos anos, tanto mais se levada em conta sua relatividade às modestas marcas econômico-sociais que a grande maioria de países, desenvolvidos ou em desenvolvimento, para não falar dos subdesenvolvidos, conseguirão a duras penas alcançar, no mundo que em derredor nos circunda. (BRASIL, 1975, p. 6).

Na minha visão, embora o II Plano Nacional de Desenvolvimento possua uma boa intenção de desenvolver a economia e industrializar o país, o governo e sua equipe econômica não tiveram a percepção de que aquele não era o momento correto para essa estratégia de desenvolvimento, visto que o cenário de crises externas, elevação dos preços do petróleo e recessão não estava alinhada aos objetivos do plano. Apesar de Geisel demonstrar

entendimento sobre os conflitos e a situação caótica mundial, com crises no sistema monetário internacional, crise de matérias primas, energia, inflação alta no comércio exterior, crise na balança de pagamentos e falta de crédito internacional, ele não tinha consciência da gravidade da crise que estaria por vir e decidiu desenvolver o Brasil as mesmas proporções do período do milagre econômico.

Mesmo o plano ter conseguido atingir objetivos concretos, realizando um crescimento acelerado, com o PIB mantendo-se a taxas elevadas, aumento da oportunidade de emprego, criação de novas indústrias de bens de capital e insumos básicos e conseguindo a partir disso, melhorar a infraestrutura do país e modernizar a estrutura produtiva, teve-se um alto custo a se pagar para isso. O governo ao optar pelo endividamento externo e por um ritmo acelerado de crescimento em um curto período de tempo (segundo Geisel no próprio PND, duraria 5 anos), levou a centralização em grande parte do poder do Estado, agravando ainda mais o problema da dívida e fazendo com que o Brasil estivesse funcionando em “marcha forçada”. Além disso, os grandes déficits na balança comercial, crises de dívidas externas e aumento da inflação foram passadas para o futuro, criando uma inflação inercial e estagnação da economia para a “década perdida” de 1980.

As decisões do presidente e de sua equipe econômica, foram tomadas em cima de estratégias que poderiam ter dado certo e que se baseiam em teorias concretas Keynesianas, partindo do Estado intervir na economia a fim de evitar a estagnação econômica quando necessário, porém, a falta de visão de que aquele não era o momento, o não entendimento da crise mundial e a carência de um feedback constante que permitisse ver o que estava realmente acontecendo no mundo, levou a consequências desastrosas para o futuro. Assim, a tentativa de Geisel e sua equipe em adiantar o Brasil através de um plano completamente ambicioso, acabou atrasando ainda mais o crescimento do Brasil.

Este trabalho procurou analisar, por meio do II PND, o cenário a qual o Brasil se passava, a estratégia adotada e o debate gerado entre o desenvolvimento a qualquer custo ou a estagnação. Ficou constatado a forte participação do Estado para induzir o crescimento econômico, alcançado graças a empréstimos do exterior, acarretando um aumento da dívida externa, desequilíbrio da balança comercial e levando uma inflação inercial para os anos seguintes.

REFERÊNCIAS

BELLINGIERI, J. A ECONOMIA NO PERÍODO MILITAR (1964-1984): CRESCIMENTO COM ENDIVIDAMENTO. **Revista Hispeci & Lema**, v. 8, 2005.

BRANDÃO, R. ABDIB e a Política Industrial no Governo Geisel (1974-1979). Texto de **Discussão - POLIS**, n. 9, 2007.

BRASIL. **II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (1975-1979)**. Rio de Janeiro: República Federativa do Brasil, 1975. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/24> / Acesso em: 22 de Março de 2022.

CARNEIRO, D. CRISE E ESPERANÇA: 1974 – 1980. In: ABREU, M. *et al.* **A Ordem do Progresso: 100 anos de Política Econômica Republicana**. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 295 – 322.

CARNEIRO, D.; MODIANO, E. AJUSTE EXTERNO E DESEQUILÍBRIO INTERNO: 1980 – 1984. In: ABREU, M. *et al.* **A Ordem do Progresso: 100 anos de Política Econômica Republicana**. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 323 – 346.

CARNEIRO, Ricardo. Desenvolvimento em crise – **A Economia Brasileira em seu último quarto do século XX**. São Paulo: Ed. UNESP, IE – UNICAMP, 2002.

CARVALHO, H. IPCA e IGP-M: Inflação Histórica no Brasil. **HC Investimentos**, 2011. Disponível em: <https://hcinvestimentos.com/2011/02/21/ipca-igpm-inflacao-historica/> Acesso em: 19 de Março de 2022.

CASTRO, A.; SOUZA, F. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CASTRO, L. Privatização, Abertura e Desindexação: A Primeira Metade Dos Anos 90 (1990 – 1994). In: GIAMBIAGI, F. *et al.* **Economia Brasileira Contemporânea: (1945 – 2015)**. São Paulo: GEN Atlas, 2016, p. 131 – 164.

FISHLOW, A. Uma história de dois presidentes: a economia política da gestão da crise In: STEPHAN, A. **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1988, p.144.

GENILTON, A. O II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (1974-1979). **Revista Mosaicum**, n. 1, 2005.

LIMA, S. DA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES AO BRASIL POTÊNCIA: Concepções do desenvolvimento 1964-1979. **Revista Aurora**, v. 4 n. 1, 2010.

MANTEGA, G. NÚCLEO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES, **O governo Geisel, o II PND e os economistas**, nº 3, São Paulo, 1997.

MARINGONI, G. A maior e mais ousada iniciativa do nacional-desenvolvimentismo. **Revista Ipea**, ano 13. Edição 88, 2016.

MARINGONI, G. Anos 1980, década perdida ou ganha? **Revista Ipea**, ano 9. Edição 72, 2012.

MODIANO, E. A ÓPERA DOS TRÊS CRUZADOS:1985 – 1989. In: ABREU, M. *et al.* **A Ordem do Progresso: 100 anos de Política Econômica Republicana**. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 347 – 412.

SILVA, L. O que mostram os indicadores sobre a pobreza na década perdida. **Texto para discussão - IPEA**, 274, 1992.